

NOTA DE POSICIONAMENTO POLÍTICO

ELEIÇÕES 2026

A Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas - APIAM, por meio das organizações que compõem sua Rede, vem a público manifestar seu posicionamento político diante do segundo turno das eleições presidenciais do Brasil. Temos como compromisso a defesa dos territórios, dos direitos constitucionais, da autonomia, da cultura e da vida dos povos indígenas.

Este é um momento decisivo para o futuro dos povos indígenas. A escolha de quem ocupará a Presidência da República terá consequências diretas sobre a demarcação e a proteção das terras indígenas, o enfrentamento às invasões territoriais, a preservação ambiental, a saúde e a educação escolar indígena, a participação política dos povos originários e o cumprimento dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Para nós, povos indígenas, votar também é defender o território, a vida, a memória, a ancestralidade e o direito de continuar existindo segundo nossos próprios modos de vida.

1. NÃO ACEITAREMOS RETROCESSOS NOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A APIAM manifesta profunda preocupação com a possibilidade de eleição de Flávio Bolsonaro, considerando suas posições políticas e seu alinhamento com um campo político historicamente associado a propostas contrárias a importantes reivindicações do movimento indígena.

As posições públicas e propostas políticas vinculadas a esse campo, especialmente no que diz respeito à flexibilização da proteção territorial, às restrições à demarcação das terras indígenas e à priorização de interesses econômicos sobre os direitos originários, representam motivos de preocupação para nossas organizações e comunidades.

A Constituição Federal reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Esses

direitos não são concessões de governos, favores de autoridades ou obstáculos ao desenvolvimento: são garantias fundamentais que devem ser respeitadas e efetivadas pelo Estado brasileiro.

Uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro representa, portanto, um risco político que precisa ser considerado com seriedade diante das propostas e orientações defendidas pelo grupo político ao qual está vinculado. Não podemos ignorar as consequências que políticas contrárias às reivindicações indígenas podem produzir sobre nossos territórios, nossas comunidades e as futuras gerações.

2. TERRITÓRIOS INDÍGENAS NÃO SÃO MERCADORIA

A defesa dos territórios é a base da existência física, cultural e espiritual dos povos indígenas. É nos territórios que protegemos nossas florestas, nossos rios, nossas línguas, nossos conhecimentos tradicionais e nossas formas próprias de organização social.

Qualquer projeto político que enfraqueça a demarcação, facilite a exploração predatória dos recursos naturais, fragilize a fiscalização ambiental ou coloque os interesses econômicos acima dos direitos originários ameaça não apenas os povos indígenas, mas também o equilíbrio climático, a biodiversidade e o futuro da Amazônia.

No Amazonas, onde nossos povos enfrentam invasões, pressões econômicas, ameaças às lideranças e dificuldades de acesso às políticas públicas, não podemos aceitar retrocessos que ampliem a vulnerabilidade dos territórios e das comunidades.

Reafirmamos que não existe desenvolvimento verdadeiro quando os povos originários são excluídos das decisões que afetam suas vidas, quando seus direitos são desrespeitados ou quando a floresta é tratada apenas como fonte de exploração econômica.

3. SAÚDE, EDUCAÇÃO, MULHERES E JUVENTUDES INDÍGENAS TAMBÉM ESTÃO EM JOGO

Nosso posicionamento não se limita à questão territorial. A defesa dos direitos indígenas exige políticas públicas permanentes, orçamento adequado e respeito às especificidades culturais, linguísticas e sociais de cada povo.

Precisamos fortalecer a saúde indígena, garantir educação escolar indígena diferenciada e de qualidade, ampliar o acesso ao ensino superior, proteger crianças e jovens, combater a violência contra as mulheres indígenas e assegurar condições dignas de vida às comunidades indígenas em seus territórios e nas cidades.

Também defendemos a participação efetiva das organizações indígenas na formulação, na execução e no acompanhamento das políticas públicas que nos dizem respeito.

Projetos políticos que desconsiderem nossas organizações, deslegitimem nossas reivindicações ou tratem nossos direitos como privilégios não representam o futuro que queremos construir para nossos povos.

4. A APIAM APOIA O CANDIDATO COMPROMETIDO COM AS PAUTAS INDÍGENAS

Diante desse cenário, a APIAM ratifica seu posicionamento favorável ao candidato que já demonstra alinhamento com o movimento indígena, compromisso com a defesa dos direitos originários e disposição política para avançar nas pautas históricas dos povos indígenas do Brasil.

Nosso apoio está fundamentado no compromisso com a demarcação e a proteção das terras indígenas, no fortalecimento das políticas públicas específicas, em medidas direcionadas à superação da fome, na defesa dos direitos constitucionais, na valorização das culturas e línguas originárias e na garantia da participação indígena nos espaços de decisão.

Entendemos que o voto é um instrumento legítimo de participação democrática e de defesa dos nossos direitos. Por isso, consideramos fundamental que a escolha eleitoral leve em conta os compromissos assumidos por cada candidatura com os povos indígenas, suas propostas concretas e suas posições diante das reivindicações históricas do movimento.

Não se trata apenas de apoiar uma candidatura, mas de defender um projeto político que respeite a diversidade dos povos originários, reconheça nossa autonomia e assegure condições para

que nossas comunidades vivam com dignidade, segurança e liberdade.

A APIAM seguirá defendendo o diálogo com as instituições democráticas, cobrando compromissos públicos e exigindo que os direitos indígenas sejam respeitados independentemente de quem esteja à frente do Governo Federal.

5. NOSSA POSIÇÃO É EM DEFESA DA VIDA E DO FUTURO DOS NOSSOS POVOS

Aos povos indígenas do Amazonas e de todo o Brasil, reforçamos a importância da unidade, da mobilização e da participação consciente neste processo eleitoral.

Não podemos permitir que a desinformação, o preconceito e os interesses contrários aos nossos direitos enfraqueçam as conquistas construídas por gerações de lideranças, mulheres, jovens, anciãos e comunidades indígenas.

Seguiremos unidos na defesa dos nossos territórios, da democracia, da justiça socioambiental e do direito de cada povo decidir sobre seu presente e seu futuro.

Nosso compromisso não é negociável: defender os povos indígenas é defender a vida, a floresta e as próximas gerações.

A APIAM continuará atuando de forma articulada com suas organizações, comunidades e lideranças para fortalecer o movimento indígena e garantir que nossas vozes sejam respeitadas nas decisões políticas que definem os rumos do Brasil.

Pelos nossos territórios, pelos nossos direitos e pela vida dos nossos povos, seguimos em luta!

Manaus, Amazonas, 21 de outubro de 2026.

ARTICULAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DO AMAZONAS - APIAM

Assinam esta nota as organizações da rede APIAM:

1. Conselho Geral do Povo Hexkaryana;

2. Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé;
3. Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entornos;
4. Federação das Organizações, Caciques e Comunidades Indígenas Ticuna;
5. Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus;
6. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro;
7. Federação do Povo Kokama;
8. Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena;
9. Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas;
10. Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas;
11. Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira;
12. Organização dos Povos Indígenas da Calha do Juruá;
13. Organização dos Povos Indígenas Torá, Tenharim, Mura e Parintintin;
14. União dos Povos Indígenas do Vale do Javari;
15. União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes;
16. União dos Povos Indígenas Munduruku e Sateré-Mawé.